

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE
LICITAÇÕES**

**SECRETARIA DO ESTADO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA
COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO DIVISÃO DE
LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRONICO Nº 067/2015
LICITAÇÃO Nº 586159
LOTES Nº 01 E 02**

VALLI EQUIPAMENTOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.098.166/0001-34, com sede na Rua dos Bandeirantes, 38 – Sala 02 – Vila Monte Serrat – CEP 06.717-205 - Cotia/SP, por seu representante legal abaixo assinado, tendo em vista o Recurso Administrativo com pedido de efeito suspensivo interposto por **UNION INDÚSTRIA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA - EPP**, contra a decisão de classificação e habilitação da proposta do lotes 01 e 02 do referido certame, vem a presença de V.Sa. apresentar, tempestivamente, a suas **CONTRA RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO**, propugnando pela manutenção da decisão proferida anteriormente, pelos fatos e fundamentos de direito a seguir exposto, pelo que requer o seu regular processamento.

Termos em que,
pede deferimento.

Cotia, 03 de julho de 2015.



ALISSON WILLIAN PIRES DE CASTRO

CONTRA RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2015

SENHOR JULGADOR,

Inconformada com a decisão proferida declarando a recorrida vencedora do Pregão Eletrônico nº 067/2015, a recorrente **UNION INDÚSTRIA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA - EPP**, interpôs recurso administrativo, alegando em suma que:

- a) Baseado em pesquisa efetuada no portal da transparência, a empresa vencedora supostamente não deve estar mais enquadrada como MICRO EMPRESA;
- b) Que se utilizou do benefício de preferência da contratação para as Microempresas e Empresas de pequeno porte para ganhar a licitação;

Dessa forma, a recorrida apresenta suas contra razões do recurso administrativo, devendo, ao final, a referida decisão ser mantida.

Vejamos:

Do Pregão Eletrônico – Menor preço

Tal modalidade tem como principal objetivo alcançar a proposta mais vantajosa à administração pública, evitando assim, o desperdício do dinheiro público e gastos desnecessários.

Nesse sentido Hely Lopes Meirelles assevera que:

“Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta, mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos.”

É fato que a empresa vencedora atendeu o principal critério de seleção para ganhar tal contrato, sendo ele o “Menor preço”, além disso não deixou de apresentar nenhum documento que pusesse acarretar em sua desclassificação.

Sendo assim não à que se falar em desclassificação da empresa vencedora, ato esse que iria na contra mão do Princípio da Legalidade, uma vez atendido todos os requisitos necessários para habilitação.

Do suposto Desenquadramento

A recorrente alega em seu recurso que a empresa vencedora não esta devidamente enquadrada no Regime de Micro Empresa, alegação na qual se baseia em pesquisa do Portal da Transparência.

A simples pesquisa da empresa no portal da Transparência não é prova cabível para demonstrar o atendimento dos requisitos de que trata o Art. 3º, incisos I e II da lei 123/2006, ou seja, faturamento bruto anual de até R\$360.000,00 para ME e de R\$ 3.600.000,00 para EPP.

A alegação da recorrente não é suficiente para fundamentar e sequer comprovar a desclassificação da empresa vencedora.

Ainda que a recorrida tivesse ultrapassado o limite de faturamento para fins de enquadramento de Micro Empresa, a empresa VALLI, vencedora da licitação é optante pelo Simples Nacional (doc. anexo) um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido previsto na Lei Complementar 123/2006 art. 12:

Fica instituído o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

Dessa forma fica comprovado que o simples fato de estar enquadrada no Simples Nacional obriga a recorrida atender os requisitos de enquadramento de ME ou EPP.

Salvo melhor juízo, esse titulo não merece sequer analise, visto que se desvirtua do objeto da licitação.

Do Enquadramento de ME e EPP

Resta comprovado por meio dos documentos apresentados ainda no processo de habilitação do qual trata o item 8.1 do edital, e declaração de faturamento anual de 2015 (anexa), que a empresa vencedora esta devidamente habilitada.

Do benefício da contratação para ME e EPP

A Lei Complementar n.º 123/2006, em atendimento ao que determina a Constituição federal instituiu o Estatuto da Micro e Pequena empresa, determinou a preferencia das empresas que empresas enquadradas nesse porte têm preferencia em casos de empate em processo licitatório incorrerá nos seguintes artigos:

Art. 44. Nas licitações **será assegurada, como critério de desempate**, preferêcia de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 45. **Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar**, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 3º No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

A recorrente alega que a empresa vencedora utilizou-se do benefício da preferência da contratação descrito no Item 4.3.2. do edital, fato esse que se comprova incontroverso uma vez em seu próprio recurso afirma que o arremate ocorreu pelo requisito primordial da licitação modalidade Pregão, ou seja, o “Menor Preço”.

DIANTE DE TODO O EXPOSTO, requer seja improvido o recuso interposto, mantendo-se a decisão que declarou como licitante vencedora a empresa ora recorrida, por ser medida de **JUSTIÇA !**

Cotia, 03 de julho de 2015.



ALISSON WILLIAN PIRES DE CASTRO

13.098.166/0001-34

VALLI EQUIPAMENTOS LTDA

**RUA DOS BANDEIRANTES, 30
VL. MONTE SERRAT - COTIA - SP
CEP 06717-205**